

## **O PROGRAMA AGROAMIGO E O DESENVOLVIMENTO RURAL NOS TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ (2005-2022)**

### ***THE AGROAMIGO PROGRAM AND RURAL DEVELOPMENT IN THE DEVELOPMENT TERRITORIES OF PIAUÍ (2005-2022)***

**Autor 1:** Juliana Kelly Pires de Sousa Barbosa

**Filiação:** Egresso do Programa de Pós-Graduação em Economia – PPE/UERN

**E-mail :** [julianakpires.economia@gmail.com](mailto:julianakpires.economia@gmail.com)

**Autor 2:** Antonio Flavio de Souza Duarte

**Filiação:** Egresso do Programa de Pós-Graduação em Economia – PPE/UERN

**E-mail:** [flavioduarte.contador2@gmail.com](mailto:flavioduarte.contador2@gmail.com)

#### **Grupo de Trabalho (GT): 06 - Desenvolvimento Rural, Regional e Territorial**

**Resumo:** Este artigo analisa os impactos do programa de microcrédito Agroamigo na perspectiva do desenvolvimento rural dos Territórios de Desenvolvimento do Piauí, entre 2005 e 2022. A pesquisa, de caráter descritivo, utiliza dados secundários do Banco do Nordeste, IBGE, Emater/PI e SEPLAN/PI, fundamentando-se nos conceitos de desenvolvimento territorial, agricultura familiar e políticas públicas. Os resultados indicam que o Agroamigo contribuiu para a geração de renda, o fortalecimento da produção agrícola e a permanência dos agricultores familiares no campo, embora com desigualdades entre territórios e setores produtivos. Conclui-se que o microcrédito, embora relevante, apresenta maior efetividade quando articulado a assistência técnica, comercialização e políticas estruturantes.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural; Agricultura Familiar; Programa Agroamigo.

**Abstract:** This article analyzes the impacts of the Agroamigo microcredit program from the perspective of rural development in the Development Territories of Piauí, between 2005 and 2022. The research, descriptive in nature, uses secondary data from Banco do Nordeste, IBGE, Emater/PI and SEPLAN/PI, and is based on the concepts of territorial development, family farming and public policies. The results indicate that Agroamigo contributed to income generation, the strengthening of agricultural production and the permanence of family farmers in the countryside, although with inequalities among territories and productive sectors. It is concluded that microcredit, although relevant, is more effective when articulated with technical assistance, commercialization and structural policies.

**Keywords:** Rural Development; Family Farming; Agroamigo Program.

## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar teve sua trajetória marcada por uma marginalização social ao longo da história do Brasil. Essa situação manteve-se essencialmente inalterada por um longo período. Com a redemocratização do país na segunda metade dos anos 1980, os movimentos sociais rurais começaram a ganhar força. Em 1996, o governo brasileiro instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o objetivo de apoiar esse segmento e promover o desenvolvimento rural (Aquino; Schneider, 2015).

Até o início da década de 1990, não havia nenhuma política pública específica de alcance nacional voltada para o financiamento do segmento social composto pelos produtores familiares do Brasil. De fato, o próprio conceito de agricultura familiar não existia na época (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Segundo Schneider, Cazella e Mattei (2004), a implementação do Pronaf foi um dos eventos mais significativos que ocorreram no âmbito das políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro nos últimos tempos. O Pronaf foi criado como uma iniciativa pioneira para suprir as demandas da agricultura familiar no Brasil. Seus objetivos eram fortalecer esse setor, elevar a produtividade e aprimorar as condições de vida no meio rural. Tal como em nações mais industrializadas, a agricultura familiar brasileira demandava suporte social e econômico do governo com o intuito de incentivar a permanência dos agricultores no campo, prevenindo assim o êxodo rural (NUNES, 2007).

O Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO foi gerado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em Janeiro de 2005, como um meio próprio pra instrumentalizar os financiamentos rurais da linha PRONAF B. A proposta do programa visa acelerar a concessão

de crédito, diminuir a inadimplência, aperfeiçoar a qualidade do atendimento e aumentar o número de beneficiários, com o objetivo de criar oportunidades de trabalho e aumentar a renda deles (AQUINO; BASTOS, 2020).

Atestam Alves et al. (2022), que a metodologia de operacionalização do Agroamigo surgiu a partir do empenho do BNB em superar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores para acessar linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esse programa é viabilizado pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110, de 24 de abril de 2005. Vale ressaltar que a abordagem de crédito orientado contribui para a redução do alto índice de inadimplência, que sempre foi um grande obstáculo nos programas de crédito tradicionais. Isso ocorre porque ela promove a educação financeira e estimula a expansão das atividades agrícolas e produtivas, o que ajuda a diversificar os riscos e potencializar os resultados (CARVALHO; GOMES, 2023.)

O Programa Agroamigo, dirigido para o aparelhamento do PRONAF, foi dividido em dois grupos: i) PRONAF Grupo B, formado por agricultores que tenham renda bruta anual de até R\$ 20 mil, que utilizem área de até quatro módulos rurais, que é uma medida que estabelece se a propriedade rural é considerada pequena, proporcionando a ela certas vantagens e proteções legais, e empreguem mão de obra familiar; ii) demais grupos do PRONAF, exceto os grupos A e A/C, reunindo agricultores que ganhem renda bruta anual de R\$ 20 mil e R\$ 360 mil. O primeiro grupo é acolhido pelo Agroamigo Crescer, enquanto o segundo, pelo Agroamigo Mais. (CARVALHO; COSTA; GOMES, 2015).

O objetivo deste trabalho é analisar a importância do Programa Agroamigo para o desenvolvimento rural sustentável dos Territórios de Desenvolvimento do Piauí. A proposta de pesquisa visa analisar a evolução do Programa de Microcrédito Rural Orientado (AGROAMIGO) no Piauí, considerando o intervalo de 2005 a 2022. E como objetivos específicos têm-se: Avaliar a agricultura familiar como um espaço de organização coletiva com potencial para a produção de alimentos e a promoção de dinâmicas regionais que favoreçam o desenvolvimento rural e caracterizar o Agroamigo, destacando seu desempenho e relevância como mecanismo financeiro para a geração de oportunidades e o avanço da agricultura familiar nos Territórios de Desenvolvimento do Piauí.

Acredita-se também que o estudo seja importante para reunir dados e informações sobre o setor, ajudando a planejar ações feitas pelo poder público. Além disso, pode contribuir

para melhorar a gestão das linhas de crédito rural, como o AGROMAMIGO, por meio de ajustes quando necessário, e assim oferecer melhores oportunidades para os agricultores.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### Elementos que caracterizam a agricultura familiar

A agricultura familiar é um fenômeno que as sociedades ocidentais têm encontrado cada vez mais dificuldade em compreender. Isso acontece devido a várias razões, entre as quais se destaca o fato de que a agricultura familiar contrasta com a concepção burocrática, os protocolos formalizados e a lógica industrial que prevalecem em nossas sociedades. Como resultado, ela é frequentemente percebida, por um lado, como algo arcaico e desorganizado, mas, por outro lado — e simultaneamente —, emerge como algo atrativo e fascinante (PLOEG, 2014.).

De acordo com Caume (2009), a denominação “agricultura familiar” veio suceder termos como: pequena produção, pequena propriedade, agricultura de baixa renda e agricultura de subsistência, dentre outros, utilizados até a década de 1990. Porém, são denominações e grupos construídos a partir de características como tamanho da área, renda, junção ao mercado, sistemas produtivos e ocupação da terra e não conforme critérios analíticos das relações sociais construídas no processo de trabalho.

A realidade é que a agricultura familiar possui características próprias. Sob uma perspectiva mais convencional, a atividade realizada na propriedade é predominantemente de subsistência; ou seja, é nesse espaço que são cultivados e colhidos os alimentos da família. Além disso, as condições em que esse agricultor trabalha costumam ser consideradas deficientes.

Em uma abordagem mais contemporânea, conforme Abramovay (2007), a agricultura familiar é entendida como aquela amplamente integrada ao mercado, com capacidade para incorporar os principais avanços técnicos e responder às políticas governamentais. Tais políticas são uma condição necessária, mas não suficiente, para garantir o desenvolvimento desse setor. No contexto histórico da formação do Brasil rural, a formação do campesinato, aliada à modernização da agricultura a partir dos anos 50 e à globalização nas décadas de 90, tem provocado mudanças nos padrões de funcionamento das unidades produtivas familiares e na relação delas com a economia e a sociedade. Essas mudanças representam para alguns

agricultores uma forma de resistência ao processo de modernização e ao agronegócio, enquanto para outros é uma maneira de se adaptar à globalização, permitindo-lhes permanecer no campo, mesmo em condições precárias.

A estrutura rural, como mencionado, é extremamente complexa, refletindo a diversidade que caracteriza as atividades desenvolvidas. Segundo Garcia Filho (2000), essa complexidade tem sua base na diversidade dos ecossistemas, que oferecem potenciais e impõem limitações às atividades agrícolas, e no modo como essas sociedades utilizam o espaço em um esforço de adaptação ao ecossistema. Assim, busca-se explorar o potencial da melhor maneira possível ou minimizar os obstáculos apresentados. A agricultura familiar é o principal setor em termos de quantidade dentro do agronegócio brasileiro. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO (1996) elaboraram um Dossiê Estatístico, identificando três características principais da Agricultura Familiar:

- a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos são realizados por indivíduos com laços de parentesco ou matrimonial;
- b) A maioria do trabalho é feita pelos membros da família de forma igualitária;
- c) A família é proprietária dos meios de produção, embora nem sempre da terra, e a transmissão ocorre dentro da família em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

É observável que a relação entre terra, trabalho e família é fundamental na agricultura familiar, distinguindo-a de outras formas de agricultura. Alguns estudiosos argumentam que o termo "agricultura familiar" reflete uma tentativa política de negar o poder de uma categoria social, visto que o camponês representa uma identidade política e ideológica, de indivíduos que resistiram e resistem à dominação (LIMA e FIGUEIREDO, 2006, p.59). Sob uma perspectiva analítica, Ploeg (2008) enfatiza que a agricultura familiar se compõe de três processos interconectados: 1- a mobilização de recursos; 2- a transformação de produtos em itens finais; e 3- a venda e reaproveitamento dos produtos finais. Nesse sentido, a agricultura camponesa (termo utilizado pelo autor para se referir à agricultura familiar) é, essencialmente, ainda que não exclusivamente, fundamentada em um fluxo relativamente autônomo de recursos que são produzidos e reproduzidos dentro da própria unidade agrícola.

## **O PRONAF e o Agroamigo**

No Brasil, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi oficialmente instituído em 1965, com a participação do sistema bancário público do país. No entanto, os benefícios econômicos, tanto em relação à comercialização quanto à simplificação do acesso ao crédito, eram pouco disponíveis para os pequenos produtores rurais. Isso se deve ao fato de que, naquela época, a industrialização do setor agropecuário ocorreu de maneira bastante concentrada, beneficiando médios e grandes agricultores, situados nas regiões Sul e Sudeste do país (DELGADO, 2012; SOUZA, REBELLO E SANTOS 2021).

Após longas décadas de disputas e discussões que envolviam a sociedade civil e o poder público, o governo federal do Brasil, liderado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) estabeleceu o Pronaf por meio do Decreto Presidencial nº 1.946/1995. Este programa foi criado para atender os agricultores que fazem parte do segmento socioprodutivo da agricultura familiar. Seu objetivo é impulsionar o desenvolvimento rural e garantir a segurança alimentar, oferecendo linhas de crédito específicas para custear investimentos em atividades agropecuárias e serviços complementares que abrangem o ciclo de agregação de valor, produção, entressafra, armazenamento e comercialização de produtos (AQUINO E SCHNEIDER, 2011; EUSÉBIO E TONETO JÚNIOR, 2012).

Destaca-se também o seu impacto indireto na redução do êxodo rural, promovendo a ocupação e a geração de renda nas unidades familiares agrícolas, assim como a movimentação da economia em pequenas cidades e comunidades rurais do interior do Brasil (SILVA, 2012; 2015; CASTRO, RESENDE E PIRES, 2014).

O PRONAF consolidou-se como um importante marco na política agrícola do Brasil, possibilitando a criação de instituições, regulamentações e procedimentos que, de maneira contínua e em condições vantajosas, forneceram crédito a um grande número de agricultores familiares que estavam excluídos do sistema bancário e financeiro do país (MATTEI, *et al.*, 2007).

Na perspectiva dos programas de microcrédito com significativo impacto na região Nordeste, o Agroamigo foi instituído pelo Banco do Nordeste (BNB) em 2005, com o objetivo de oferecer um atendimento especializado aos clientes do Pronaf B na área de atuação da Instituição (ALVES; VIDAL; GONÇALVES, 2018).

Em 2012, o público-alvo foi ampliado, e o programa passou a ser implementado por meio de duas abordagens metodológicas internas: Agroamigo Crescer (destinado ao Pronaf B) e Agroamigo Mais (voltado para outras linhas de crédito do Pronaf, com exceção das que pertencem aos grupos A e A/C), conforme informações do BNB (2015). Um dos objetivos

estabelecidos para o Agroamigo foi incentivar a diversificação das atividades financiadas pelos beneficiários do Pronaf B, que até então estavam majoritariamente concentradas na pecuária. Com essa diversificação, buscava-se reduzir as vulnerabilidades e aumentar a renda das famílias. Embora o Agroamigo tenha, atualmente, substituído completamente a operacionalização do Pronaf B, durante seus primeiros 11 anos de atuação, não conseguiu alcançar a diversificação dos financiamentos esperada (ALVES, VIDAL, GONÇALVES, 2018.).

O Programa Agroamigo, criado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), é uma linha de crédito rural voltada para a agricultura familiar no Nordeste e em parte da Região Norte, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável por meio do acesso a financiamento com juros reduzidos e prazos facilitados. O programa visa incrementar a produção e melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras, possibilitando investimentos em atividades produtivas, como a agricultura, a pecuária, a fruticultura, entre outras (SILVA, 2012). O crédito disponibilizado pelo Agroamigo é voltado para a organização produtiva familiar, com foco na sustentabilidade e no empoderamento do agricultor, além de incentivar práticas agrícolas que garantam a preservação ambiental e a diversificação das atividades produtivas.

Conforme Soares & Araújo (2010), o programa não apenas financia atividades agrícolas, mas também contribui para a inclusão financeira de agricultores familiares, muitas vezes excluídos do sistema bancário tradicional.

### **Impactos do Agroamigo no Piauí**

O Piauí foi escolhido em 2004 para ser o local do projeto-piloto de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste do Brasil, em Floriano e Oeiras. Um estudo de Alencar (2010) analisou os efeitos dos programas Agroamigo e Bolsa Família na inadimplência dos agricultores do PRONAF B entre 2008 e 2009, concluindo que o Agroamigo teve um impacto mais significativo do que o Bolsa Família.

Outros estudos, como os de Abramovay (2013) e Neri (2012), mostraram que o acesso ao crédito pelo Programa Agroamigo ampliou as oportunidades para empreendedores de baixa renda no Brasil, resultando em geração de renda e progresso na emancipação da pobreza. Os impactos do Programa Agroamigo nos Territórios de Desenvolvimento do Piauí podem ser analisados sob várias perspectivas, desde os efeitos econômicos diretos, como o aumento da

produção e da geração de renda, até os impactos sociais, como a redução da pobreza e a promoção da inclusão social.

### **A Perspectiva do Desenvolvimento Territorial no Piauí.**

A estratégia de desenvolvimento territorial no Brasil foi formalizada com a criação dos Territórios de Desenvolvimento, uma medida que busca promover uma abordagem integrada para o desenvolvimento de regiões com características socioeconômicas comuns.

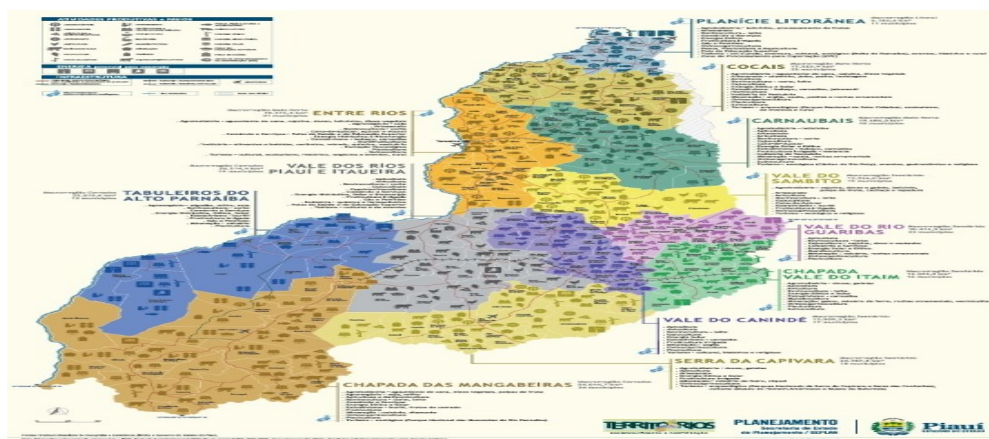
De acordo com Santos (2000), os Territórios de Desenvolvimento são unidades espaciais que reúnem municípios em busca de soluções compartilhadas para questões como infraestrutura, saúde, educação e geração de emprego. Essa estratégia visa reduzir as desigualdades regionais e promover uma gestão mais eficiente das políticas públicas.

O processo de regionalização dos territórios teve início em 2003, quando a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) adotou a técnica de territorialização do desenvolvimento rural, por meio do Pronat - Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. No Piauí, o princípio desse sistema se deu com um projeto chamado “Cenários Regionais do Piauí”, que objetivava a prática do planejamento a médio e longo prazos, através das políticas públicas que estimulavam o crescimento socioeconômico das regiões (CARVALHO, 2019, p.37).

Neste projeto, o planejamento foi concebido como uma ação conjunta entre o governo e a sociedade civil, visando a criação de propostas que incentivem o planejamento participativo. O Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007 foi desenvolvido em conformidade com as diretrizes do documento “Cenários Regionais no Piauí”, publicado em 2003, e a implementação da política de participação popular no planejamento governamental teve início com o PPA de 2008-2011 (CARVALHO, 2019, p.51).

Para uma melhor compreensão da regionalização dos Territórios de Desenvolvimento do Piauí e das discussões apresentadas neste texto sobre a divisão do estado em Territórios, a ilustração a seguir auxilia na visualização da distribuição dos Territórios de Desenvolvimento.

**Figura 1- Mapa do Piauí e a subdivisão em Territórios de Desenvolvimento.**



Fonte: SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento (2022)

As diversas vocações produtivas no Piauí são notórias. Segundo o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado (PIAUI, 2013, p.81), o Piauí apresenta amplas oportunidades. Por esse motivo, é fundamental explorar essas potencialidades em benefício da população local. No quadro a seguir, está em foco a análise das principais potencialidades e das paisagens significativas em cada Território de Desenvolvimento.

**Quadro 1- Principais potencialidades, paisagens significativas dos Territórios de Desenvolvimento**

Macrorregião	Território de Desenvolvimento	Recurso relevante de paisagem	Potencialidades
Litoral	1-Planície Litorânea	Delta do Parnaíba, Estuário do Camurupim em Barra Grande, praias, lagoas, dunas, cidade histórica (Parnaíba)	Agroindústria-laticínios, processamento de frutas, artesanato, comércio e serviços, energia eólica, gás e petróleo, pesca, educação, turismo, ZPE
Meio Norte	2-Cocais	Cocais, Parque Nacional de Sete Cidades, cidade histórica (Piracuruca e Pedro II), paisagens ruiformes, chapadas, Morro do Gritador (mirante), Serra da Ibiapaba.	Piscicultura, suinocultura, bovinocultura, avicultura, ovinocaprinoicultura, cajucultura, horticultura, artesanato, agroindústria-aguardente de cana, cajuína, extrativismo-babaçu, carnaúba, indústria de vestuário energia eólica e solar, mineração-argila, opala, ecoturismo.
	3- Carnaubais	Baixa do Cajueiro e Pedra do Castelo; cânion do Rio Poti;	Agroindústria, apicultura, artesanato, avicultura,

		Formações ruiformes (transição cerrado/caatinga), cânion do Rio Poti: aventura, sítios arqueológicos (15)	bovinocultura, cajucultura, cana-de-açúcar, energia solar e eólica, extrativismo- babaçu e carnaúba, indústria do vestuário, mineração-opala e rochas ornamentais, ovinocaprinocultura, suinocultura, ecoturismo.
	4-Entre Rios	Rio Parnaíba, cidade histórica (Amarante)	Agroindústria, agronegócio, artesanato, bovinocultura, cana-de-açúcar, comércio, polo de saúde, educação, energia hidráulica, bioenergia, extrativismo- babaçu e carnaúba, hortifruticultura, indústria, inovação tecnológica, piscicultura, suinocultura, turismo.
Semiárido	5-Vale do Sambito	Chapadas/ serras (mirantes)	Agroindústria- cajuína, doces e geleia, polpa de fruta, cachaça e rapadura, artesanato, avicultura, bovinocultura, cajucultura, cana-de-açúcar, extrativismo-buriti, fruticultura irrigada, ovinocaprinocultura, turismo.
	6-Vale do Rio Guaribas	Chapadas/ serras (mirantes)	Apicultura, bovinocultura- leite, cajucultura-cajuína, doce e castanha, comércio e serviços, energia eólica e solar, mandiocultura, mineração-calcário e rochas ornamentais, ovinocaprinocultura, piscicultura.
	7-Vale do Rio Canindé	Chapadas/ serras (mirantes)	Apicultura, avicultura, bovinocultura-leite, cajucultura, energia solar, extrativismo-carnaúba, fruticultura irrigada,

			mineração- argila, ovinocaprinocultura, piscicultura, turismo.
	8-Serra da Capivara	Parque Nacional Serra da Capivara e Serra das Confusões: sítios arqueológicos, Museu do Homem Americano, formações ruiformes, cânions, caatinga.	Agroindústria- doces geleias, apicultura, artesanato, energia eólica e solar, fruticultura irrigada, mineração- minério de ferro e níquel, ovinocaprinocultura, turismo arqueológico.
	9-Chapada Vale do Rio Itaim (*)	Rio Itaim e seus afluentes.	Agroindústrias- doces e geleias, apicultura, avicultura, bovinocultura- leite, energia eólica e solar, extrativismo- carnaúba, mandiocultura, mineração-gesso, minério de ferro, rochas ornamentais, vermiculita, ovinocaprinocultura, piscicultura, suinocultura.
Cerrados	10-Vale dos Rios Piauí e Itaueira	Rio Parnaíba; brejais com cocais e buritis	Apicultura, avicultura, bovinocultura- corte, cajucultura, caprinovinocultura, comércio e serviços, energia hidráulica, solar e bioenergia, fruticultura irrigada, gás e petróleo, indústria química e farmacêutica, polos de saúde e educação, turismo.
	11-Tabuleiros do Alto Parnaíba	Represa de Boa Esperança, Rio Parnaíba (Guadalupe, Porto Alegre do Piauí); EE Uruçuí Uma	Agronegócio- algodão, milho e soja, bovinocultura- corte, comércio e serviços, energia hidráulica, solar e eólica, extrativismo- buriti, fruticultura irrigada, gás e petróleo, mineração-

			calcário, piscicultura.
	12-Chapada das Mangabeiras	Serra do Quilombo; Serra da Pirajá (Bom Jesus, Currais): Borda de chapada (serra, mirante, paisagem, cerrado); poços jorrantes (água mineral) em Cristino Castro; Parque Nacional das Mangabeiras	Agroindústria, agronegócio- soja, milho, apicultura e meliponicultura, bovinocultura –corte e leite, comércio e serviços, energia eólica e solar, extrativismo- buriti, frutos do cerrado, fruticultura, mineração- calcário, diamante, ovinocaprinocultura, piscicultura, turismo ecológico.

Fonte: Ramos (2011), Velloso (2013), SEPLAN-PI (1997), World Bank (2003). Adaptado pelos autores (2025)

### 3.METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo examinar a política pública referente ao desempenho e aos impactos socioeconômicos do Programa Agroamigo nos Territórios de Desenvolvimento do Piauí, estado da região Nordeste, que segundo o IBGE (2022), possui uma área de 251.577, 738 km<sup>2</sup>, com uma população de 3.271.199 habitantes, portanto, tem uma densidade demográfica de 12,99 hab/km<sup>2</sup>, e é composto por 224 municípios. O recorte territorial que foi utilizado no artigo foi definido pela Secretaria de Estado do Planejamento-SEPLAN.

A pesquisa qualifica-se como exploratória e descritiva. Gil (2008, p. 27) destaca que "a pesquisa exploratória tem como principal objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses passíveis de investigação em estudos posteriores." Já as pesquisas descritivas, conforme ainda Gil (2008, p. 28), "têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis."

### 4. RESULTADOS

De acordo com as informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário de 2017, o Piauí conta com 245.601 estabelecimentos agropecuários, onde a agricultura familiar representa 80,3% desse total, que corresponde a 197.246 unidades produtivas. Do total de

10.009.857 hectares, a área específica da agricultura familiar englobou o equivalente a 3.852.846 hectares, ou seja, 38,5% como se pode ver na Tabela 2.

**Tabela 2- Estabelecimentos, área, e pessoal ocupado conforme o tipo de agricultura no Estado do Piauí (2017)**

Tipo de Agricultura	Estabelecimentos		Área		Pessoal Ocupado	
	(nº)	(%)	(ha)	(%)	(nº)	(%)
Familiar	197.246	80,3	3.852.846	38,5	518.540	77,4
Não Familiar	48.355	19,7	6.157.011	61,5	151.781	22,6
Total	245.601	100	10.009.857	100	670.321	100

Fonte: Elaborada pelos autores, com base no IBGE (2019a)

Segundo Alves et al. (2022), inicialmente, o Pronaf B era financiado com recursos do Tesouro Nacional, mas na metade dos anos 2000 ele passou a contar com outras fontes de recursos. A partir de 2004, o Banco do Nordeste (BNB) começou a usar também os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Nos anos seguintes, o FNE se tornou a principal fonte de financiamento para o Pronaf B, sendo atualmente a única.

Apesar dessas mudanças, em 2004 o desempenho do Pronaf B ainda ficava abaixo do esperado em comparação com outras linhas de crédito do Pronaf. Isso acontecia porque os agricultores enfrentavam dificuldades para acessar o crédito. Para enfrentar esse desafio, o BNB intensificou seus esforços institucionais para identificar os problemas e melhorar o funcionamento do programa.

A introdução da metodologia do Agroamigo alterou consideravelmente o nível de inadimplência do Pronaf B, que era um dos problemas que o programa enfrentava. A figura dos assessores de microcrédito foi de extrema importância, pois se estabeleceu uma relação pessoal com os mutuários, onde os assessores enfatizavam a importância da pontualidade nos pagamentos e as consequências do inadimplemento.

A Figura 2 a seguir ilustra a evolução dos indicadores dos financiamentos concedidos ao longo dos anos de 2005 a 2022.

Figura 2- evolução dos indicadores dos financiamentos

INDICADORES AGROAMIGO						
Estado	Carteira Ativa (em R\$ mil)	Clientes Ativos	Clientes Novos Atendidos	Clientes Atendidos (2005 - 2022)	Quantidade de Operações Contratadas	Valor Contratado (R\$ mil)
AL	R\$ 314.814,85	66.047	6.777	136.968	29.170	R\$ 194.596,24
BA	R\$ 1.495.867,53	317.446	31.237	569.126	136.594	R\$ 876.224,29
CE	R\$ 781.558,97	177.396	16.449	353.044	73.648	R\$ 467.167,80
MA	R\$ 689.456,13	137.943	15.304	282.440	59.667	R\$ 394.707,98
MG/ES	R\$ 586.035,79	122.024	14.256	257.971	55.596	R\$ 355.491,77
PB	R\$ 555.499,26	130.021	14.293	236.323	53.389	R\$ 335.790,09
PE	R\$ 768.283,78	169.323	15.198	325.735	65.850	R\$ 423.386,63
PI	R\$ 745.309,87	164.380	15.073	313.875	65.017	R\$ 414.135,22
RN	R\$ 371.930,24	79.018	8.286	145.898	31.546	R\$ 203.598,93
SE	R\$ 228.094,70	46.466	5.307	112.316	23.154	R\$ 154.608,45
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.536.851,13</b>	<b>1.410.064</b>	<b>142.180</b>	<b>2.733.696</b>	<b>593.631</b>	<b>R\$ 3.819.707,41</b>

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Relatório de microfinanças (2022)

Conforme dados analisados no relatório de microfinanças do Banco do Nordeste, percebe-se uma evolução no valor médio e no número de contratações das operações de crédito de 2005 a 2022, a carteira ativa em reais é de R\$ 745.309,87, o número de clientes ativos é de 164.380, os clientes novos atendidos 15.073, os clientes atendidos de 2005 a 2022 foram 313.875, a quantidade de operações contratadas 65.017 e os valores contratados durante esse período foi R\$ 414.135,22. Esse crescimento reflete, além da atualização monetária, o fortalecimento das linhas de crédito destinadas à ampliação da capacidade produtiva das unidades familiares rurais.

Conforme a Fundação CEPRO (2020), os Territórios de Desenvolvimento do estado do Piauí desempenham um papel estratégico no fortalecimento da economia local, destacando-se pela expressiva contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) estadual e para a produção agrícola. Entre os territórios, sobressaem-se a Chapada das Mangabeiras e os Tabuleiros do Alto Parnaíba, regiões que concentram grande parte da produção de grãos do estado, impulsionando o crescimento econômico e a geração de renda no meio rural. A Fundação CEPRO, destaca ainda, que o Programa Agroamigo, através da concessão de crédito para agricultores familiares, tem ampliado as oportunidades de investimento e contribuído para o desenvolvimento rural sustentável em todos os municípios piauienses. Essa política de microcrédito rural visa fortalecer a agricultura familiar, estimular a produção local e promover a inclusão socioeconômica nas comunidades atendidas.

**Chapada das Mangabeiras:** A Chapada das Mangabeiras representa um dos principais polos de desenvolvimento econômico do Piauí, destacando-se pelo seu impacto positivo no PIB estadual. Segundo estimativas recentes, a região registrou um crescimento nominal de 30,6%, consolidando-se como um vetor de expansão econômica. Esse avanço reflete o aumento da produção agrícola, impulsionada pelo acesso ao crédito e por investimentos em infraestrutura rural (CEPRO, 2022).

**Tabuleiros do Alto Parnaíba:** Os Tabuleiros do Alto Parnaíba constituem o principal território de produção de grãos no Piauí, com expressiva variação positiva no PIB estadual. A região concentra grande parte da safra de soja, milho e outras culturas de grãos, sendo responsável por alavancar os indicadores econômicos do estado. Segundo dados da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Piauí (2024), o acesso facilitado ao crédito rural, através de programas como o Agroamigo, tem sido determinante para o crescimento da produtividade agrícola e para a expansão da fronteira agrícola piauiense.

**Outros Territórios de Desenvolvimento:** Além dos territórios supracitados, outras regiões do Piauí também apresentam relevância econômica. Entre elas, destacam-se:

**Carnaubais:** Possui uma maior participação do setor público na economia local, o que impulsiona o desenvolvimento regional por meio de políticas públicas e investimentos governamentais.

**Entre Rios:** Apresenta o maior Valor Adicionado Bruto (VAB) territorial na categoria de Administração Pública e Utilidades (APU), sendo um eixo estratégico para o desenvolvimento econômico e social. Conforme pode ser observado na Figura 13 a seguir que demonstra as dez maiores taxas de crescimento dos PIBs nos territórios piauienses em 2019 (mil reais).

Na Figura 3 a seguir, está o valor dos PIBs nos territórios piauienses no ano de 2019.

**Figura 3 - taxas de crescimento dos PIBs nos territórios piauienses em 2019**

Território de Desenvolvimento	Var PIB (%)
Serra da Capivara	33,1
Planície Litorânea	10,1
Vale do Canindé	9,7
Vale do Rio Guaribas	8,7
Cocais	8,0
Vale do Sambito	7,4
Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	6,6
Entre Rios	5,3
Carnaubais	4,1
Chapada Vale do Rio Itaim	3,0
Chapada das Mangabeiras	-0,9
Tabuleiros do Alto Parnaíba	-14,6
<b>Total</b>	<b>4,8</b>

Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Fonte: Fundação CEPRO (2022)

### **Impactos do Programa Agroamigo no Desenvolvimento Rural do Piauí.**

O Programa Agroamigo, desenvolvido pelo Banco do Nordeste, tem demonstrado resultados significativos no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento

socioeconômico das comunidades rurais do Piauí. A concessão de microcrédito orientado, aliada ao acompanhamento técnico oferecido pelos agentes de microcrédito, contribui para o aumento da produção agropecuária, a modernização das práticas produtivas e a elevação da renda das famílias beneficiadas, promovendo, assim, a permanência no campo e a redução da migração para centros urbanos.

### **Impacto na Renda e Produção.**

A análise dos resultados obtidos pelo Agroamigo evidencia um impacto expressivo na capacidade produtiva e na geração de renda dos agricultores familiares no estado. Esse incremento decorre, em grande medida, da metodologia adotada pelo programa, que contempla não apenas o acesso ao crédito, mas também o acompanhamento técnico e a orientação dos beneficiários.

**Aumento da Produção:** Abramovay et al (2013) demonstram que agricultores que participam do Agroamigo por períodos mais longos apresentaram, em média, um aumento de 18% na produção agropecuária e 28% na produção agrícola. Esses resultados são reflexo do acesso facilitado ao crédito, que possibilita a aquisição de insumos, máquinas e tecnologias que impulsionam a produtividade no campo.

**Incremento de Renda:** O programa também promoveu avanços expressivos na renda das famílias beneficiadas. Segundo dados do Repositório Institucional da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o acesso ao microcrédito tem melhorado a qualidade de vida das famílias, permitindo maior acesso a bens e serviços essenciais, fortalecendo, assim, a segurança econômica e social das comunidades rurais.

**Modernização da Produção:** A metodologia do Agroamigo destaca-se pela presença de Agentes de Microcrédito, os quais desempenham um papel fundamental na capacitação dos agricultores. Essa orientação facilita a adoção de tecnologias e práticas modernas, elevando a eficiência produtiva e reduzindo desperdícios. O Banco do Nordeste aponta que esse processo de modernização tem impulsionado a competitividade dos pequenos produtores no mercado regional.

### **Impacto na Permanência no Campo.**

Além dos benefícios econômicos, o Agroamigo também exerce um papel relevante na promoção da permanência das famílias no campo, contribuindo para a sustentabilidade das comunidades rurais e mitigando o êxodo para os centros urbanos.

**Melhoria da Qualidade de Vida:** O aumento da renda familiar e a melhoria nas condições de produção refletem-se diretamente na qualidade de vida dos agricultores. Com maior acesso

a recursos financeiros e apoio técnico, as famílias conseguem estruturar suas propriedades de maneira mais eficiente, reduzindo vulnerabilidades e fortalecendo suas bases produtivas.

**Redução da Pobreza e da Fome:** De acordo com estudos do Banco do Nordeste, o programa Agroamigo contribui para a redução da pobreza e da fome nas comunidades atendidas. O crédito orientado possibilita investimentos em segurança alimentar e em práticas agrícolas sustentáveis, promovendo o desenvolvimento econômico aliado à equidade social.

**Inclusão Social:** Agroamigo também se destaca como um mecanismo de inclusão social no campo. Ao oferecer acesso ao crédito e promover capacitações, o programa possibilita que agricultores familiares desenvolvam seus negócios de forma sustentável, aumentando sua autonomia e protagonismo econômico.

### **Desigualdades e Limites na Aplicação do Programa**

Embora o Programa Agroamigo tenha se consolidado como um importante instrumento de microcrédito rural no Piauí, promovendo geração de renda e fortalecendo a agricultura familiar, a sua aplicação ainda enfrenta desafios significativos (GOMES, CARVALHO, COSTA 2015). Entre os principais entraves estão a falta de orientação adequada e o acompanhamento técnico dos empreendimentos, o que, aliado à crescente inadimplência, compromete os resultados do programa, especialmente para agricultores familiares de menor renda. Além disso, existem desigualdades regionais e setoriais que afetam o acesso ao crédito de forma heterogênea.

## **5.CONCLUSÃO**

Os resultados demonstraram que o Agroamigo tem um impacto significativo na inclusão financeira dos agricultores familiares, muitos dos quais não possuíam acesso a crédito formal antes de participarem do programa. Essa inserção permitiu a modernização das práticas produtivas, a diversificação das culturas e a ampliação da capacidade de investimento, fatores que colaboraram para o desenvolvimento econômico local e para a segurança alimentar das famílias beneficiadas.

Contudo, a análise também revelou desigualdades na aplicação dos recursos do programa. As regiões mais desenvolvidas economicamente do estado, como a Chapada das Mangabeiras e os Tabuleiros do Alto Parnaíba, apresentaram maior captação de crédito e crescimento econômico, enquanto áreas mais carentes, especialmente nos territórios do Semiárido, enfrentaram dificuldades para acessar os benefícios de forma equivalente.

A falta de infraestrutura adequada, somada às limitações no acompanhamento técnico, impactou negativamente a eficácia do programa em territórios de menor desenvolvimento. Além disso, observou-se que o tipo de atividade financiada também influencia os resultados econômicos. Enquanto setores como a pecuária receberam maior volume de crédito, agricultores voltados para outras cadeias produtivas, como horticultura e fruticultura, tiveram menor acesso aos recursos, refletindo desigualdades setoriais. Essa concentração de crédito limita o potencial de diversificação econômica e de sustentabilidade das propriedades rurais. Diante dos achados, conclui-se que, para alcançar um desenvolvimento rural mais equilibrado e inclusivo, é necessário aprimorar a distribuição de recursos do Agroamigo, priorizando territórios de menor desenvolvimento e ampliando o suporte técnico aos agricultores familiares.

Além disso, políticas públicas que articulem o microcrédito a estratégias de desenvolvimento territorial, infraestrutura rural e assistência técnica são fundamentais para potencializar os impactos econômicos e sociais do programa no Piauí.

Para fortalecer a eficácia do Agroamigo, sugere-se a implementação de medidas que promovam a equidade regional, com a ampliação do crédito para os territórios mais vulneráveis, associados a programas de capacitação técnica voltados para gestão e inovação agrícola.

Também é recomendada a diversificação das cadeias produtivas apoiadas, incentivando setores como a horticultura, fruticultura e agroecologia, visando reduzir as desigualdades setoriais. Em síntese, a criação de parcerias com instituições locais para o acompanhamento contínuo dos projetos pode contribuir para a redução da inadimplência e para o sucesso sustentável dos empreendimentos.

Por fim, reforça-se a importância do Agroamigo como instrumento de política pública voltado para a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da agricultura familiar. Com investimentos estratégicos, maior articulação territorial e medidas de aperfeiçoamento técnico, o programa possui potencial para contribuir ainda mais para a sustentabilidade econômica das comunidades rurais piauienses, promovendo inclusão produtiva e desenvolvimento socioeconômico de forma justa e equitativa.

## REFERENCIAS

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 1, n. 2, p. 309-347, 2011.

ABRAMOVAY, Ricardo, et al. *Cinco anos de Agroamigo: retrato público e efeitos do programa*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR). Pronaf 2023/2024 investiu R\$ 931,7 milhões na agricultura familiar do Piauí, aumento de 76% em relação à safra 2022/2023. Brasília, 22 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/pronaf-2023-2024/pronaf-2023-2024-investiu-r-931-7-milhoes-na-agricultura-familiar-do-piaui-aumento-de-76-em-relacao-a-safra-2022-2023>. Acesso em: 29 mai. 2025.

CARVALHO, Kelly Cristina Melo de. *Planejamento territorial e regionalização no Piauí: uma análise a partir dos Territórios de desenvolvimento* / Kelly Cristina Melo de Carvalho. – São Luís, 2019

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

EUSÉBIO, G. dos S.; TONETO JÚNIOR, R. Uma análise do acesso ao crédito rural para as unidades produtivas agropecuárias do estado de São Paulo: um estudo a partir do Lupa. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 38, p. 133-152, 2012

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ- CEPRO. *Piauí: visão global*. 2. ed. rev. Teresina: Fundação CEPRO, 2003. 128p.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ- CEPRO- Produto Interno Bruto dos Territórios do Piauí: 2020. Teresina: CEPRO/SEPLAN, Jul 2023. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/202307/CEPRO04\\_155be0c0d6.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/202307/CEPRO04_155be0c0d6.pdf). Acesso em 29 mai.2025.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. *Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico*. Brasília: INCRA/FAO, 1996. 65p.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.  
Gomes, J. M. A., Carvalho, J. N. F. de, & Costa, V. L. dos S. (2016). Faces do Agroamigo no estado do Piauí: dez anos de dinâmica econômica e social. *Revista Econômica Do Nordeste*, 46, 73–87. <https://doi.org/10.61673/ren.2015.42>

Gomes, J. M. A., & Fontenele de Carvalho, J. N. (2023). AGROAMIGO E AGENDA 2030: OS LIAMES ENTRE MICROCRÉDITO E OS ODS NO ESTADO DO PIAUÍ. *Revista Econômica Do Nordeste*, 54(Suplemento Especial), 77–95. <https://doi.org/10.61673/ren.2023.1679>

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, NOBRE, C. E.; CARVALHO, K. C. M. DE. REGIONALIZAÇÃO DO PIAUÍ COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS . **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas** , v. 1, n. 32, p. 183-217, 24 dez. 2020.

NUNES, S P. O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar. *Deser-Boletim Eletrônico*, Curitiba, n. 156, p. 1-10, fev. 2007.

Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Pronaf.pdf>>.

PLOEG, J. D. *The New Pensantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. Earthscan, Sterling VA, London, 2008.

PLOEG, J. D.; MARSDEN, T. *Unfolding webs: The Dynamics of Regional Rural Development*, The Netherlands: Van Gorcum, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Dez qualidades da agricultura familiar*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014. (Agriculturas: experiências em agroecologia; cadernos de debate, n. 1).

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004, p. 21-49.

SOUZA, C. C. M.; REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S. Impactos econômicos, sociais e ambientais do Pronaf no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Geosul**, v. 36, n. 80, p. 292-314, 2021.